

RESOLUÇÃO Nº 29/2023 – CONSUNI

Aprova o Edital de Instauração do Processo Eleitoral para os Cargos de Reitor e Vice-Reitor da UDESC para a Gestão 2024-2028.

O Vice-Presidente do Plenário do Conselho Universitário - CONSUNI da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no exercício da presidência, no uso de suas atribuições, considerando a deliberação do referido Conselho relativa ao Processo nº 16494/2023, tomada na sessão de 06 de julho de 2023,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica aprovado o Edital de Instauração do Processo Eleitoral para os Cargos de Reitor e Vice-Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC para a Gestão 2024-2028, nos termos do Anexo Único que a esta Resolução acompanha.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 06 de julho de 2023.

Profº. Dr. Luiz Antônio Ferreira Coelho
Vice-Presidente do Plenário do CONSUNI no exercício da presidência

**EDITAL DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA OS CARGOS DE REITOR E
VICE-REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
GESTÃO 2024-2028**

**TÍTULO I
DAS NORMAS GERAIS**

Art. 1º Os cargos de Reitor e Vice-Reitor são privativos de brasileiros, integrantes da Categoria de Professor de Ensino Superior do Quadro de Pessoal Permanente da UDESC, há pelo menos 5 (cinco) anos no exercício do cargo com dedicação integral, eleitos por votação direta e secreta da comunidade universitária e nomeados por ato do Governador do Estado.

Art. 2º A inscrição e votação dos candidatos deverão ser efetuadas por chapa, da qual conste o nome dos candidatos a Reitor e a Vice-Reitor.

Art. 3º Cada chapa deverá requerer sua inscrição à Comissão Eleitoral Central (enviando a documentação necessário por meio do SGPE (SETOR UDESC/REIT/CEC), no período de 17 de julho a 16 de agosto de 2023 até às 23h59.

Art. 4º Os candidatos, ao procederem as suas inscrições, deverão declarar expressamente que, se escolhidos, aceitarão suas investidas.

Art. 5º No ato da inscrição, os candidatos deverão anexar:

- I. Comprovante de nacionalidade brasileira;
- II. Comprovante de que exerce, há mais de 5 (cinco) anos, o cargo de professor efetivo da UDESC com dedicação integral;
- III. Declaração de que aceitará a investidura, se eleito;
- IV. Documento que comprove o cumprimento do artigo 54 do Estatuto da UDESC aprovado pelo Decreto nº 4184/2006.

Parágrafo único. Esclarece-se que:

1. A exigência da dedicação integral, é a gratificação de D.I, diferente do regime de trabalho em tempo integral.

2. A exigência do artigo 54, ou seja, a desvinculação de cargo eletivo executivo ou função de confiança deve ser prévia ao ato de inscrição, comprovada por pedido de renúncia ou de exoneração do cargo que porventura ocupe, devidamente protocolado, antes do ato de inscrição, e acompanhado de declaração afirmando que não ocupa nenhum cargo executivo ou função de confiança no momento da inscrição.

3. As exigências para a inscrição das candidaturas, são condições de elegibilidade, devendo ficar comprovadas quando de suas inscrições.

Art. 6º Após o encerramento das inscrições, a Comissão Eleitoral Central deverá decidir sobre a homologação das mesmas, publicando sua decisão no prazo de até 5 (cinco) dias úteis no hall da Reitoria e no site da UDESC na internet.

Art. 7º Das decisões de homologação da Comissão Eleitoral Central caberá pedido de reconsideração no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a publicação.

§ 1º Os pedidos de reconsideração deverão ser julgados e publicados pela Comissão Eleitoral Central em até 5 (cinco) dias úteis após o prazo definido no “caput”.

§ 2º Após a publicação das decisões dos pedidos de reconsideração pela Comissão Eleitoral Central, cabe recurso, em última instância, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, ao CONSUNI, o qual deverá decidir em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação do recurso.

Art. 8º Os candidatos aos cargos de Reitor e Vice-Reitor, que tiverem suas candidaturas homologadas, terão direito à licença de suas atividades docentes, devendo retornar às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em até 10 (dez) dias após a data da divulgação dos resultados.

Art. 9º No dia 14 de setembro de 2023, às 18 horas, a Comissão Eleitoral Central procederá, em sessão pública, no hall da Reitoria da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, ao sorteio da ordem das chapas para inclusão na cédula única de votação.

Art. 10. A votação pela comunidade acadêmica será realizada no dia 18 outubro de 2023, em primeiro turno, e, se necessário, no dia 08 de novembro de 2023, em segundo turno.

TÍTULO II DOS VOTANTES

Art. 11. Constituem o colégio eleitoral da eleição para Reitor e Vice-Reitor, conforme o art. 70 do Estatuto da UDESC; e, ainda, a decisão judicial - Apelação Cível nº 0005645-74.2012.8.24.0023 023.12.005645-6, da comarca da Capital 2ª Vara da Fazenda Pública, bem como a Resolução nº 028/2022 e que gerou o Processo UDESC 53146/2022, ainda em andamento.

- I. Os docentes que estejam em exercício do cargo de provimento efetivo;
- II. Os servidores técnico universitários que estejam em exercício do cargo de provimento efetivo;
- III. Os discentes que estejam regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação “stricto sensu”.

§ 1º Integram também o colégio eleitoral da eleição para Reitor e Vice-Reitor da UDESC, os servidores que estiverem no gozo legal das prerrogativas abaixo relacionadas, por serem considerados no efetivo exercício do cargo, nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006:

- I. Frequência a cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado, doutorado e estágio pós-doutorado, no país ou no exterior;
- II. Exercício de funções como visitante em outras instituições de ensino ou pesquisa, nacionais ou estrangeiras, quando do interesse da UDESC;
- III. Realização de estágios, pesquisas, participação em congressos e eventos semelhantes, quando do interesse da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; e
- IV. Exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança nos governos federal, estaduais e municipais.

§ 2º Serão votantes também os servidores que estiverem em licença-prêmio, licença-saúde e férias.

Art. 12. A relação dos servidores (técnicos universitários e professores) votantes será elaborada pela Pró-Reitoria de Administração, em ordem alfabética, numerada e por Centro, e encaminhada à Comissão Eleitoral Central até 18 de agosto de 2023 para que esta, até 23 de agosto de 2023, faça a publicação.

Art. 13. A relação dos alunos votantes será elaborada pela Direção Geral de cada Centro, em ordem alfabética e numerada, e encaminhada à Comissão Eleitoral Central até 18 de agosto de 2023 para que esta, até 23 de agosto de 2023, faça a publicação.

Art. 14. Havendo segundo turno, o colégio eleitoral será o determinado para o primeiro turno, excluídos os que perderam sua condição de votantes.

TÍTULO III DAS COMISSÕES ELEITORAIS

Art. 15. A Comissão Eleitoral Central será definida pelo CONSUNI e contará com 14 (quatorze) participantes, sendo 10 (dez) escolhidos dentre o corpo docente, 2 (dois) dentre o corpo técnico universitário e 2 (dois) dentre o corpo discente, dentre os quais o referido Conselho escolherá também o Presidente, Vice-Presidente e o Secretário.

§ 1º Os 14 (quatorze) participantes mencionados no “caput” incluirão 1 (um/a) representante de cada Centro, considerando que a UDESC congrega 13 (treze) Centros, e 1 (um/a) representante da Reitoria.

§ 2º O(A) representante da Reitoria será do corpo técnico-universitário, indicado(a) pelo Reitor.

§ 3º As 10 (dez) vagas do corpo docente, as 2 (duas) vagas do corpo discente e 1 (uma) vaga do corpo técnico-universitário serão distribuídas entre os Centros por meio de sorteio.

§ 4º As vagas referidas no Parágrafo 3º serão indicadas pelo Diretor-Geral do Centro, ouvidas, no caso das vagas destinadas ao corpo discente, as entidades de representação estudantil do Centro.

Art. 16. Em cada Centro, o Conselho de Centro constituirá uma Comissão Eleitoral Setorial composta de 5 (cinco) participantes, sendo 3 (três) docentes, 1 (um) técnico universitário e 1 (um) discente, dentre os quais o referido Conselho escolherá também o Presidente, Vice-Presidente e o Secretário.

Art. 17. Na Reitoria, será constituída uma Comissão Eleitoral Setorial composta por 5 (cinco) técnicos universitários, designados pelo Reitor, sendo seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário escolhidos por seus pares.

Art. 18. As Comissões Eleitorais deliberam pela maioria dos membros presentes à respectiva reunião.

TÍTULO IV DA PROPAGANDA ELEITORAL E DOS DEBATES ENTRE OS CANDIDATOS

Art. 19. É permitida a propaganda eleitoral após o dia 23 de agosto de 2023.

Art. 20. A divulgação das candidaturas e suas propostas serão feitas pelos veículos de comunicação da UDESC, garantindo-se espaço igualitário a todos os candidatos que tiverem suas inscrições homologadas.

Art. 21. As campanhas eleitorais deverão ficar restritas a debates, apresentação, pelos candidatos, das respectivas propostas em sala de aula, distribuição de materiais impressos internamente aos “campi” e materiais em sítio na internet.

Art. 22. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada das seguintes formas:

- I. Em site dos candidatos, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Eleitoral Central e hospedado, em provedor de serviço de internet estabelecido pela SETIC – UDESC;
- II. Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelos candidatos;
- III. Por meio de blogs, redes sociais, sites de mensagens instantâneas e assemelhados.

Parágrafo Único - É vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

Art. 23. As mensagens eletrônicas enviadas por candidato, por qualquer meio, deverão dispor de mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário, obrigado o remetente a providenciá-lo no prazo de 48 horas.

Art. 24. Na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.

Art. 25. É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores – internet, assegurado o direito de resposta, nos termos dos artigos 57 e 58, da Lei nº 9.504/97.

Art. 26. É vedada a divulgação de propaganda eleitoral paga em órgãos de comunicação externos à UDESC, veículos da imprensa ou de divulgação comercial.

Art. 27. Poderão ser realizados debates nos Centros e na Reitoria, entre quaisquer dos candidatos das chapas homologadas, até 3 (três) dias antes da votação, devendo ser dirigido convite a todos os candidatos com a antecedência mínima de 3 (três) dias antes do debate.

TÍTULO V DAS MESAS ELEITORAIS RECEPTORAS

Art. 28. Os trabalhos eleitorais serão procedidos por Mesas Eleitorais Receptoras constituídas por Presidente, Secretário, dois Mesários e um Suplente indicados pelas Comissões Eleitorais Setoriais.

Art. 29. Serão constituídas tantas Mesas Eleitorais Receptoras quantas necessárias ao bom andamento da recepção dos votos.

Art. 30. Cada chapa poderá indicar, à Comissão Eleitoral Setorial, até 2 (dois) fiscais e respectivos suplentes, por mesa eleitoral, dentre os votantes, para acompanhar e fiscalizar os trabalhos eleitorais.

Parágrafo Único - A indicação referida no “caput” deste artigo deverá ser por escrito e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da votação.

Art. 31. Ao Presidente da Mesa Eleitoral Receptora compete o exame do material usado no processo eleitoral, a adoção de providências que cada caso requeira e a condução do processo eleitoral.

Art. 32. Das decisões da Mesa Eleitoral Receptora cabe recurso, imediatamente, à Comissão Eleitoral Setorial respectiva, que deliberará o pedido no ato.

Art. 33. Das decisões da Comissão Eleitoral Setorial cabe recurso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à Comissão Eleitoral Central à qual disporá do mesmo prazo para exarar a decisão.

TÍTULO VI DA VOTAÇÃO

Art. 34. Não será permitido voto por procuração ou correspondência.

Art. 35. Não será admitido voto cumulativo.

Parágrafo Único - Caso o votante integre mais de um segmento do colégio eleitoral, aplicar-se-á o seguinte critério para o cômputo do voto:

| | |
|---|---------------------------------|
| Professor e técnico universitário | vota como Professor |
| Professor e discente | vota como Professor |
| Professor, técnico universitário e discente | vota como Professor |
| Técnico universitário e discente | vota como Técnico universitário |
| Discente e discente | vota na matrícula mais antiga |

Art. 36. A votação dar-se-á nos seguintes locais, das 9 (nove) às 21 (vinte e uma) horas, ininterruptamente:

1- Unidades presenciais

- a) UDESC/Reitoria, Florianópolis;
- b) UDESC/CEAD, Florianópolis;
- c) UDESC/ESAG, Florianópolis;
- d) UDESC/FAED, Florianópolis;
- e) UDESC/CEART, Florianópolis;
- f) UDESC/CEFID, Florianópolis;
- g) UDESC/CAV, Lages;
- h) UDESC/CCT, Joinville;
- i) UDESC/CEPLAN, São Bento do Sul;
- j) UDESC/CEO, Pinhalzinho;
- k) UDESC/CEO, Chapecó;
- l) UDESC/CEAVI, Ibirama;
- m) UDESC/CERES, Laguna;
- n) UDESC/CESFI, Balneário Camboriú;
- o) UDESC/CESMO, Caçador;

2 – Polos UDESC/UAB

- a) Araranguá;
- b) Balneário Barra do Sul;
- c) Balneário Camboriú;
- d) Braço do Norte
- e) Canoinhas
- f) Chapecó
- g) Criciúma
- h) Florianópolis
- i) Ibirama
- j) Indaial
- k) Itapema
- l) Jaraguá do Sul
- m) Joinville
- n) Lages
- o) Laguna
- p) Palhoça
- q) Palmitos
- r) Ponte Serrada
- s) Pouso Redondo
- t) São José
- u) Treze Tílias
- v) Tubarão

§ 1º Em cada local de votação indicado no “caput” deste artigo, haverá uma secção eleitoral, com tantas urnas quantas forem necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos, para receber os votos, separadamente, dos docentes, dos técnicos universitários e dos discentes.

§ 2º Na Reitoria haverá uma secção eleitoral para receber os votos dos técnicos universitários.

§ 3º O sistema de urna eletrônica é prioritário para o bom desenvolvimento do pleito eleitoral, devendo ser prevista para todas as seções, inclusive com o número necessário para suprir demandas referentes a problemas técnicos, destacando a previsão de urnas suplentes. Nos casos em que a urna eletrônica suplente também estiver com problemas, poderá ser substituída com aval dos fiscais presentes, por urna convencional de votos com cédulas.

Art. 37. Cada votante se identificará por documento de identidade oficial com foto, junto à Mesa Eleitoral Receptora, antes de assinar a lista de votantes.

Art. 38. Encerrados os trabalhos de votação, a Mesa Eleitoral Receptora, de imediato, lavrará a ata respectiva, devendo a mesma ser assinada por todos os integrantes da Mesa e pelos fiscais presentes, e a urna será lacrada e devidamente rubricada pelo Presidente.

§ 1º Na ata deverão constar o número de votantes inscritos, o número dos que não votaram (abstenções), as impugnações e as demais ocorrências julgadas pertinentes.

§ 2º Em caso de votação eletrônica, encerrados os trabalhos de votação, o Presidente de cada Mesa Eleitoral Receptora deverá emitir o devido boletim de urna, em cinco vias, com a totalização dos votos da respectiva urna eletrônica, devendo afixar uma via na entrada da respectiva seção eleitoral, entregar outra aos fiscais dos candidatos e entregar as demais ao Presidente da Comissão Eleitoral Setorial respectiva, lavrando, ao final, a respectiva ata, que deverá ser assinada por todos os integrantes da Mesa e pelos fiscais presentes, da qual deverão constar o número de votantes inscritos, o número dos que não votaram (abstenções), as impugnações e as demais ocorrências julgadas pertinentes.

§ 3º Cada Presidente de Comissão Eleitoral Setorial, de posse do boletim de urna, enviará imediatamente, via e-mail, uma cópia do mesmo, ao Presidente da Comissão Eleitoral Central.

Art. 39. Concluídos os procedimentos referidos no artigo anterior, as urnas deverão ser encaminhadas, imediatamente, à Comissão Eleitoral Setorial respectiva, à qual, por sua vez, deverá inspecionar todo o material recebido e encaminhá-lo de pronto à Comissão Escrutinadora respectiva.

Parágrafo Único - Em caso de votação com cédulas, cada Presidente de Comissão Eleitoral Setorial deverá, até às 12 horas do dia seguinte, entregar, pessoalmente, ao Presidente da Comissão Eleitoral Central, todo o material eleitoral.

TÍTULO VII DA APURAÇÃO

Art. 40. A apuração das urnas será realizada em cada Centro e Reitoria por Comissões Escrutinadoras compostas por 3 (três) membros indicados pela Comissão Eleitoral Central.

§ 1º A Comissão Escrutinadora de cada Centro será composta de 1 (um) docente, que será o Presidente, 1 (um) técnico universitário, que será o Secretário, e 1 (um) discente.

§ 2º A Comissão Escrutinadora da Reitoria será composta de 3 (três) técnicos universitários, sendo o Presidente e o Secretário previamente designados pela Comissão Eleitoral Central dentre os membros da Comissão Escrutinadora.

Art. 41. A apuração terá caráter público e será realizada a partir das 21h e 30min (vinte e uma horas e trinta minutos) do dia da eleição.

Art. 42. Se a votação for por cédula, os votos em cédulas com emenda ou rasura serão considerados nulos.

Art. 43. Os protestos ou impugnações deverão ser fundamentados e encaminhados, durante a apuração, à Comissão Eleitoral Setorial, que deliberará o pedido no ato.

Art. 44. Encerrada a apuração, será lavrada e assinada, pela Comissão Escrutinadora, ata constando todos os dados do pleito, como o número total dos votantes inscritos em cada uma das categorias do colégio eleitoral (docente, técnico universitário e discente); o número de votos obtidos por cada uma das chapas em cada uma das categorias do colégio eleitoral e os votos brancos, nulos e faltantes de cada uma das categorias do colégio eleitoral.

Art. 45. A **Comissão Escrutinadora** promoverá, de imediato, após o término da apuração dos votos, a entrega da ata e de todo o material eleitoral à **Comissão Eleitoral Setorial**, à qual, por sua vez, os encaminhará, de pronto, à **Comissão Eleitoral Central**, podendo este encaminhamento ocorrer de modo eletrônico.

Art. 46. A **Comissão Eleitoral Central**, de posse dos boletins de urnas providenciará a **apuração do resultado global da votação**.

Parágrafo Único – Em caso de votação com cédulas, a Comissão Eleitoral Central, de posse das atas e relatórios referentes ao processo eleitoral de cada Centro e Reitoria, promoverá a apuração do resultado global da votação.

Art. 47. **O resultado da votação será calculado de forma que os votos dos integrantes do corpo docente representem 50% (cinquenta por cento), os votos do corpo técnico universitário representem 25% (vinte e cinco por cento) e os votos do corpo discente representem 25% (vinte e cinco por cento).**

Art. 48. Computados os votos, é apurado o coeficiente eleitoral de cada candidato, aplicando-se a seguinte fórmula (válida para os dois turnos de votação): o número de votos do candidato na categoria docente multiplicado por 0,5 (cinco décimos), dividido pelo número do total do colégio eleitoral do segmento docente, somado ao número de votos do candidato nas categorias técnico-administrativo multiplicado por 0,25 (vinte e cinco centésimos), dividido pelo número total do colégio eleitoral do segmento técnico-administrativo, somado ao número de votos do candidato na categoria discente, multiplicado por 0,25 (vinte e cinco centésimos), dividido pela soma do número total do colégio eleitoral da categoria discente, considerando-se vencedor o candidato que obtiver o maior resultado desta soma, conforme fórmula detalhada a seguir:

$$CEc = \left[\frac{NVCDoc * 0,50}{NDoc} + \frac{NVCTec * 0,25}{NTec} + \frac{NVCDisc * 0,25}{NDisc} \right]$$

CEc = Coeficiente Eleitoral do Candidato;

NVC Doc = Número de votos do candidato na categoria docente;

NDoc = Número total do colégio eleitoral da categoria docente;

NVC Técn = Número de votos do candidato na categoria técnico-administrativo;

N Técn = Número total do colégio eleitoral da categoria técnico-administrativo;

NVC Disc = Número de votos do candidato na categoria discente;

N Disc = Número total do colégio eleitoral da categoria discente.

Art. 49. **Na eleição com chapa única, esta é considerada eleita se o coeficiente eleitoral for igual ou maior do que 0,26 (vinte e seis centésimos), sendo convocada nova eleição caso este valor não seja atingido.**

Art. 50. Em 1º turno, na eleição com duas chapas, é considerada eleita a chapa que obtiver o maior coeficiente eleitoral, exigindo-se o **mínimo de 0,26 (vinte e seis centésimos)**, sendo convocada nova eleição caso este valor não seja atingido.

Art. 51. Para o 1º turno, concorrendo mais de duas chapas, é considerada eleita a chapa que obtiver coeficiente eleitoral maior do que 0,50 (cinquenta centésimos).

Art. 52. Não alcançado o coeficiente eleitoral indicado no artigo anterior por nenhuma das chapas na primeira votação, far-se-á nova votação no dia 08 de novembro de 2023, concorrendo as duas chapas com os maiores coeficientes, sendo vencedor o que obtiver o maior coeficiente eleitoral.

Art. 53. O resultado das apurações será expresso até a quarta casa decimal, desprezando-se as demais.

Art. 54. **Havendo empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a Reitor tiver maior tempo no cargo de provimento efetivo na Universidade e, no caso de persistir o empate, o mais idoso.**

TÍTULO VIII DA HOMOLOGAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 55. Concluídos os trabalhos referentes ao processo eleitoral, a Comissão Eleitoral Central, à vista dos resultados, publicará o resultado das apurações e os nomes dos candidatos eleitos para Reitor e Vice-Reitor no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o encerramento das eleições.

Art. 56. Procedida a publicação do resultado final, a Comissão Eleitoral Central providenciará a lavratura da respectiva ata com relatório circunstanciado do processo eleitoral e encaminhará todo o material eleitoral ao Reitor da UDESC, para submissão à homologação do CONSUNI.

Art. 57. Os nomes dos candidatos eleitos serão encaminhados ao Governador do Estado, após a homologação do Conselho Universitário – CONSUNI, pelo menos 15 (quinze) dias antes do término do mandato do Reitor, para fins de nomeação e posse.

TÍTULO IX DO MANDATO

Art. 58. O Reitor e Vice-Reitor eleitos terão seus mandatos com início em 12 de abril de 2024 e término em 11 de abril de 2028.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. As normas do presente Edital são subsidiadas pelo Estatuto, Regimento Geral da UDESC e demais normas da Universidade, pelas leis, e princípios norteadores da administração pública.

Art. 60. O descumprimento das normas eleitorais previstas neste Edital e na legislação que o subsidia poderá acarretar a impugnação e/ou cassação da candidatura, mediante processo apreciado pela Comissão Eleitoral Central, assegurado o direito de defesa e do contraditório.

Art. 61. É vedada a inscrição de candidato à reeleição de Reitor e Vice-Reitor, para os mesmos cargos.

Art. 62. Nenhum candidato poderá ser membro de Comissão Eleitoral, Mesa Eleitoral Receptora ou Comissão Escrutinadora.

Art. 63. É vedada, após a homologação da chapa, a substituição de candidato ao cargo de Reitor e/ou Vice-Reitor em quaisquer dos turnos de eleição, exceto em caso de morte.

Art. 64. No dia da votação não será permitida a propaganda eleitoral no recinto das Mesas Eleitorais Receptoras.

Parágrafo Único – Em caso de votação com cédulas, no dia da votação não será permitida a propaganda eleitoral no recinto das Mesas Eleitorais Receptoras.

Art. 65. No dia da votação, todos os integrantes de Comissões Eleitorais, Mesas Eleitorais Receptoras e Fiscais deverão estar devidamente identificados com crachá contendo o respectivo nome e a função no processo eleitoral.

Parágrafo Único – Em caso de votação com cédulas, no dia da votação todos os integrantes de Comissões Eleitorais, Mesas Eleitorais Receptoras, Comissões Escrutinadoras e Fiscais deverão estar devidamente identificados com crachá contendo o respectivo nome e a função no processo eleitoral.

Art. 66. No dia da votação não haverá suspensão das aulas.

Art. 67. Dos resultados da apuração, cabe pedido de recurso ao CONSUNI no prazo de até 3 (três) dias úteis após a publicação dos mesmos.

Art. 68. Os procedimentos do processo eleitoral obedecerão, no que couber, à legislação eleitoral brasileira.

Art. 69. A Reitoria da UDESC solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral a indicação de observadores para acompanhar o processo eleitoral.

Art. 70. Caso a eleição venha a ser efetuada por meio de urnas eletrônicas, serão feitas as adaptações necessárias no processo.

Art. 71. Os eleitores que, lotados em sedes da UDESC em um município, tenham que, por força desta Resolução, votar em outro município, poderão ser transportados até este através de veículo oficial da Universidade.

Art. 72. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Central, cabendo recurso ao CONSUNI.

Florianópolis, 06 de julho de 2023.

Prof. Dr. Luiz Antônio Ferreira Coelho
Vice-Presidente do Plenário do CONSUNI no exercício da presidência